

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

PROJETO DE LEI Nº 1.055, DE 2024

Altera a Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto da Pessoa Idosa para disciplinar a perda do cargo de conselheiro.

Autora: Deputada ROGÉRIA SANTOS

Relator: Deputado OSSESIO SILVA

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei (PL) nº 1.055, de 2024, sugere alterações na Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003 – Estatuto da Pessoa Idosa, para disciplinar a perda do cargo de conselheiro.

O PL foi despachado às Comissões de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa - CIDOSO e Constituição e Justiça e de Cidadania - CCJC (art. 54, RICD), sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões (art. 24, II, RICD), em regime ordinário de tramitação (art. 151, III, RICD).

Em 9/4/2024, fui designado Relator da matéria nesta CIDOSO.

Encerrado o prazo de 5 sessões para apresentação de emendas ao PL (de 10/4/2024 a 6/5/2024), nenhuma foi apresentada.

É o Relatório.

Passo a proferir o meu voto, nos limites do campo temático desta Comissão (art. 32, XXV, especialmente as alíneas “e” e “h”, RICD¹)

¹ e) acompanhamento da **ação dos conselhos de direitos das pessoas idosas, instalados na União, nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios;**

h) **regime jurídico de proteção à pessoa idosa.**



II - VOTO DO RELATOR

Na Justificação do Projeto de Lei nº 1.055, de 2024, a Autora assim se manifestou:

“O papel do conselheiro é zelar pelos direitos da pessoa idosa. O zelo requer participação ativa e efetiva nos trabalhos do Conselho, na defesa e promoção de políticas que garantam o atendimento integral da pessoa idosa. Na prática, as atribuições dos conselheiros estão relacionadas com o processo de opinar, discutir, debater e decidir, por meio de seu voto, sobre as questões que forem submetidas ao plenário. (...) Porém, é indispensável que cada conselheiro tenha postura ética e de defesa dos interesses públicos e coletivos.

(...)

O Estatuto da Pessoa Idosa deve prever, como norma geral, a perda da função de membro do conselho em decorrência de irregularidade cometida, pois ignorar tais aspectos é negligenciar a oportunidade de aprimoramentos e melhorias capazes de fortalecer a política em nível local potencializando seus resultados nas hipóteses ventiladas”. (Grifamos)

De fato, segundo a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que criou o Conselho Nacional do Idoso, “competirá ao órgão ministerial responsável pela assistência e promoção social a coordenação geral da política nacional do idoso, com a **participação dos conselhos nacionais, estaduais, do Distrito Federal e municipais do idoso** (art. 5º).

A norma dispõe ainda que “os conselhos nacionais, estaduais, do Distrito Federal e municipais do idoso serão órgãos permanentes, paritários e deliberativos, compostos por igual número de representantes dos órgãos e entidades públicas e de organizações representativas da sociedade civil ligadas à área” (art. 6º).

Embora os conselheiros citados não sejam servidores, nem empregados públicos, e, como regra, não sejam remunerados, é inegável que exercem um múnus público, o que, por si só, gera a necessidade de



responsabilização administrativa por eventuais faltas e ilicitudes que cometam no exercício da função de conselheiro. Trata-se de uma regra geral do Direito.

Todavia, dado que os Conselhos são órgãos também pertencentes à estrutura administrativa dos entes subnacionais, essa responsabilização deve ser feita observando-se a realidade de cada um destes.

Nesse sentido, o Projeto de Lei nº 1.055, de 2024, veio em muito boa hora, pois chama a atenção do Poder Público para essa necessidade de responsabilização dos conselheiros, embora, no entender deste Relator, a proposição mereça alguns ajustes.

Uma questão importante relacionada ao PL em análise diz respeito à previsão da "perda da função de membro do Conselho, em decorrência de irregularidade cometida".

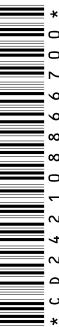
No ponto, há que se diferenciar "perda da função de membro" e "substituição de membro". No caso, a representação no Conselho é constituída pelos órgãos e entidades, em atendimento ao disposto no art. 3º do Decreto 11.483/2023².

² Ementa: "Dispõe sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa – CNDPI".

Art. 3º **O CNDPI é composto por representantes dos seguintes órgãos e entidades:**

- I - um do Ministério das Cidades;
- II - um do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação;
- III - um do Ministério da Cultura;
- IV - um do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar;
- V - um do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome;
- VI - um do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, por meio da Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa;
- VII - um do Ministério da Educação;
- VIII - um do Ministério do Esporte;
- IX - um do Ministério da Igualdade Racial;
- X - um do Ministério da Justiça e Segurança Pública;
- XI - um do Ministério das Mulheres;
- XII - um do Ministério do Planejamento e Orçamento;
- XIII - um do Ministério dos Povos Indígenas;
- XIV - um do Ministério da Previdência Social;
- XV - um do Ministério das Relações Exteriores;
- XVI - um do Ministério da Saúde;
- XVII - um do Ministério do Trabalho e Emprego;
- XVIII - um do Ministério do Turismo; e

XIX - dezoito entidades da sociedade civil sem fins lucrativos com atuação relacionada à promoção e à defesa dos direitos da pessoa idosa, de âmbito nacional, com filiais em, no mínimo, cinco unidades da Federação, distribuídas, no mínimo, por três regiões do País.



Dessa forma, não seria apropriado falar em "perda da função de membro", porquanto não é o caso de "perda" de representatividade do órgão ou entidade. De fato, o que ocorre é a "substituição de membro", com a garantia de que o órgão ou entidade continue sendo representado, não obstante a incidência de eventual substituição.

No contexto exposto, apresentamos o Substitutivo anexo, inicialmente para promover alterações na Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que institui a Política Nacional da Pessoa Idosa, originariamente prevendo os conselhos nacional, estaduais, do Distrito Federal e municipais; depois para realizar os ajustes redacionais necessários para correção técnica do texto normativo.

Ante o exposto, somos pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº 1.055, de 2024, mediante a aprovação do substitutivo abaixo.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado OSSESIO SILVA
Relator



COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.055, DE 2024

Altera a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, para dispor sobre a destituição da função de membro de conselho do idoso.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a política nacional da pessoa idosa e cria o Conselho Nacional da Pessoa Idosa, para dispor sobre a destituição da função de membro de conselho do idoso.

Art. 2º O art. 6º da Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º.

§1º Os membros dos conselhos de que trata o *caput* poderão ser destituídos das suas funções se comprovadamente adotarem conduta incompatível com suas atribuições, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

§2º Regulamento disporá sobre condutas que poderão ensejar a destituição da função de membros dos conselhos de que trata o *caput*”. (NR)

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em de de 2024.

Deputado OSSESIO SILVA

Relator

